

MEC apóia o não-pagamento das mensalidades

A resposta à decisão de algumas escolas particulares em adiar o início das aulas por tempo indeterminado não será dada pelo Ministério da Educação, mas pelos próprios pais de alunos, que não vão pagar as mensalidades. A afirmação é do ministro Jorge Bornhausen, que esteve ontem em São Paulo em visita à Transportadora Atlas, responsável pela entrega de mais de sete milhões de módulos de material escolar em nove Estados do Nordeste.

Bornhausen voltou a afirmar que o governo "não pode autorizar aumentos absurdos", e disse ter consciência de que educadores e donos de escolas "vão entender esta fase de transição pela qual passa o País", classificando o locute pretendido pelas escolas como "uma atitude não correta".

Na próxima semana, o Ministério da Educação vai reunir-se com autoridades da área econômica para estudar a possibilidade de o governo garantir aos pais de alunos do ensino privado o não-pagamento das próximas mensalidades de escolas que não iniciarem o ano letivo na data prevista. Esta proposta foi levada ao MEC pela diretora do grupo executivo de defesa do consumidor (Procon) do Distrito Federal, Elisa Martins.

Outra sugestão do Procon: que seja garantido aos pais de alunos o resarcimento de pagamentos antecipados para o primeiro

semestre deste ano, acrescidos dos rendimentos da caderneta de poupança. E que os pais prejudicados pelo adiamento das aulas possam pagar as mensalidades com atraso e com isenção de multas.

No entanto, o secretário-geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero, disse ontem em Brasília que embora o governo não pretenda rever o índice do reajuste, o MEC não vai tomar nenhuma medida punitiva em relação às escolas, pelo menos por enquanto.

Já o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, disse ontem que em momento algum falou em paralisação ou adiamento do início das aulas. Para ele, "o entendimento família/escola é e sempre foi dos mais cordiais, aberto e honesto.

A greve, sem data

A extinção da Fundação Educar (ex-Mobral) será uma das principais propostas que a Confederação dos Professores do Brasil (CTB) levará à apreciação do presidente Sarney e do ministro da Educação, em audiência a ser solicitada. A decisão foi tomada ontem, em Porto Alegre, pelos quatro mil professores presentes ao XX Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil.